



## O lado do tempo e do espaço não-formal de uma formação em busca da acessibilidade

Ariana Cosme

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal  
ariana@fpce.up.pt

Raquel Rodrigues Monteiro

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal  
rmonteiro@fpce.up.pt

Vânia Cosme

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal  
vaniacosme@fpce.up.pt

A presente comunicação, pretende apresentar o projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades” que teve a sua origem no estabelecimento de um protocolo entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e a empresa ProAsolutions.pt. Durante cerca de 18 meses, foram desenvolvidos e trabalhados através da formação contínua de professores e da criação e aplicação prática de um Curso de Formação acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua os aspetos e pilares de uma sociedade que conhecemos por democrática e inclusiva, ou seja, conceitos como Cidadania, Cidadania Universal, Acessibilidade, Mobilidade e Diversidade apresentaram-se como o núcleo conceptual e teórico do programa de formação elaborado.

O contato direto com 16 municípios do norte ao sul de Portugal e com 705 professores/formandos, fizeram jus ao universo académico das Ciências da Educação, bem como às dinâmicas de trabalho inerentes ao “habitus” daquela que é a formação contínua de professores em Portugal. Tendo sido em simultâneo trabalhado e aprofundando, por intermédio, precisamente, da formação contínua de professores, a rede de relações conceptuais existentes entre a Cidadania, a Educação e a Acessibilidade.

Desta forma, a presente comunicação pretende anunciar e explicitar a problemática, os objetivos, as metodologias de trabalho e os resultados alcançados por uma equipa de investigação, que encontrando-se integrada no Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, foi capaz de unir a investigação à formação, sustentando-se sempre no universo académico e profissional das que hoje são as especificidades e necessidades da formação contínua de professores e daquele que se pode apresentar como “um currículo” mais acessível a toda uma comunidade educativa. Ao mesmo tempo, que objetiva enfatizar a importância da essência das aprendizagens e dos tempos não-formais e informais, quer do processo de formação desenvolvido, como igualmente do quotidiano profissional dos professores envolvidos no projeto, cujo tempo e espaço fora do cumprir de um currículo e de um programa, possibilitaram trabalhos inspiradores no que concerne à Acessibilidade, e acima de tudo a confirmação de uma consciência crítica de quem já reclama a igualdade e acessibilidade de todos e para todos nas suas escolas e agrupamentos diariamente e que vai além do espaço formal que a sua profissão requer e demanda.

## Introdução

A ideia génese da construção e do desenvolvimento do Projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, assenta na necessidade e no dever de se ler e interpretar a diversidade e a diferença, enquanto idiosincrasias da vida social e democrática das sociedades que hoje conhecemos. Este mesmo projeto foi acolhido pelo Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, numa parceria com a empresa de arquitetura, gestão de acessibilidade e mobilidade, ProAsolutions.pt. Tendo sido dinamizado por uma equipa coordenada cientificamente pelos Professores Doutores Ariana Cosme e Rui Trindade e que integrou três bolsistas de investigação. Sendo que, o trabalhar as Acessibilidades, a partir do vínculo que se estabelece entre a Educação e a Cidadania, impregnou neste projeto a possibilidade de trabalhar de acordo com um elemento inovador de perscrutação do que é necessário e essencial para o bem-estar não de alguns/algumas, mas de todo e qualquer cidadão/cidadã, seja ele/ela detentor (a), ou não, de todas as suas capacidades físicas, sociais e cognitivas.

O enfoque deste projeto em parceria com os municípios partiu da vontade local de quem labora em prol do apoio e da melhoria das condições de vida das suas populações, desenvolvendo, nas próprias comunidades locais, o princípio da construção da acessibilidade para todos. O programa formativo inerente a este projeto realizado em parceria com os diferentes municípios, pretendeu conhecer a realidade local e, através deste conhecimento, perceber o que se pode transmitir para que cada comunidade educativa aprenda a reconhecer as incapacidades físicas não como um obstáculo, mas sim como um modo real de vida que não tem de ser diferenciado pelos olhos da diferença, mas aproximado à verdade de uma igualdade real de vida para todos/todas.

Segundo e seguindo esta vertente de operacionalização conceptual, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto desenhou este projeto de formação, em articulação com a empresa ProAsolutions.pt, e no âmbito do programa RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, que é correspondente à segunda geração de planos de promoção de acessibilidade apoiados pelo POPH, no âmbito da tipologia de intervenção 6.5 – Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas no campo da ação da Deficiência.

Ao terem sido pensados como aliados, a Educação e a Cidadania, inflertiram neste projeto as dinâmicas de leitura e reflexão do social e do educativo, essenciais para o impacto real deste projeto de formação e de investigação. O trabalho, o diálogo e a colaboração com educadores/as de infância e professores/as, objetivam, em primeira e última instância o trabalho, o diálogo e a colaboração com toda a comunidade educativa, na qual alunos/as, auxiliares de educação, encarregados/as de educação e pais podem entrar em contacto com os conhecimentos, reflexões e trabalhos que são devolvidos por intermédio da mensagem formativa que este projeto pretende passar.

Apresentou-se, desta forma, como elemento imperativo, a consciência plena de que a Educação para a Cidadania se afirma como uma contínua meta e um contínuo desafio de e para toda e qualquer instituição educativa portuguesa, sustentando esta afirmação na verdade concetual que Sousa & Pintasilgo colocam em relevo ao enfatizarem precisamente que o trabalho em prol de uma Educação para a Cidadania tem sido dinamizado nas escolas todo um vasto conjunto de iniciativas, que vão da experimentação de práticas inovadoras no micro contexto da sala de aula, até ao desenvolvimento de projetos de parceria entre as escolas e as comunidades envolventes, passando pelas tentativas de criação, no âmbito das organizações



escolares, de um ambiente educativo potenciador de uma vivência democrática.” (Sousa & Pintasilgo, 2005, p. 5-6).

Ao serem encaradas como pedras basilares, das dinâmicas de desenvolvimento e crescimento do projeto em causa, a Cidadania, a Democracia e a agência inovadora e empoderante das ações que podem ser levadas à cabo em contexto escolar e formativo, permitiram a constituição da relação mais próxima e diretiva entre conceitos e noções transversais a todas as etapas que corresponderam aos cerca de 24 meses de vida deste projeto de formação, sensibilização e investigação.

Em simultâneo com esta postura e perfil de ação em prol de uma cidadania ativa, universal e transversal a todos os momentos da vida em sociedade, este projeto, ao enraizar-se no elemento inovador da Acessibilidade de todos a todo, sem focagem exclusiva nos itens físicos e estéticos, olhou a formação contínua de professores e os tempos e espaços dessa formação, como uma oportunidade potenciadora da visão positiva e real daquele que também se entende por educação não-formal e que circunda o quotidiano de todo e qualquer profissional educativo.

Os tempos e os espaços, de tais possibilidades e potencialidades, colocaram no papel de formadoras o privilégio de um contato, que foi tanto ou mais formativo, para quem organizou e dinamizou o curso de formação, como para quem o frequentou. Assim, durante, quase dois anos, o conhecer e explorar as idiossincrasias das escolas, localidades e agrupamentos portugueses, só veio reforçar a ideia afirmada de que as instituições devem ser olhadas enquanto

espaços permanentes de educação, procurando, no seu trabalho, agir tendo em consideração aqueles que são reconhecidos como fatores fundamentais de uma participação educativa mais alargada: a vivência de um trabalho comunitário persistente; a criação de um ambiente de acolhimento e formação agradável e estimulante; a construção de dispositivos de reconhecimento e valorização dos diferentes percursos pessoais e profissionais; a existência de relações fortes com as diferentes instituições que marcam a vida local; a realização de um trabalho educativo ancorado num conhecimento profundo da realidade social. (Rothes, et al, 2006, p. 187).

## **O curso de formação e a metodologia de trabalho**

As narrativas deste projeto encontram-se sempre conectadas com o que se entendeu por ser e fazer formação. Desta forma, visionou-se, desde o primeiro momento a formação contínua de professores como uma valorização das práticas pedagógicas dos educadores e dos professores nos respetivos estabelecimentos de educação e de ensino e a garantia de condições de acesso a uma formação de qualidade, com especial destaque para modalidades formativas que possam dar o devido relevo a uma formação centrada na escola e nos projetos aí desenvolvidos” (Ministério da Educação, 1998, p. 1), válida e afirma os objetivos e as projeções de requalificação, validação e aquisição de saberes que se apresentam como formas reais do trabalho dos educadores/as e dos professores/as no seu quotidiano profissional, bem como no dia-a-dia da própria comunidade educativa e, assim, da própria Escola.

Concomitantemente, a formação contínua de professores e todo o trabalho que lhe é inerente, foi encarada, pela equipa de formação e investigação deste projeto, como sendo mais do que um veículo de informação ou transmissão de conhecimentos. Esta representou um motor impulsionador do indagar, do interpretar, do refletir, do partilhar e do questionar, tendo, de igual modo, representado, precisamente, os tempos e os espaços, que desde da introdução



vimos a referir, que dentro da profissão docente, são, também eles, capazes de promover não o peso de mais uma horário a cumprir, mas a soma positiva do reconhecimento de uma profissão que todos os dias tem o poder de transformar mentalidades e atitudes de alunos/as face a todas as representações que estes/estas detém de um “eu” e de um “nós” educativo e social.

Orientada por um sentido de polivalência tanto da profissão e ação docente, como do campo de trabalho da formação contínua, a equipa deste projeto equacionou “o reconhecimento da heterogeneidade dos alunos, entendida como um fator de gerir e de valorizar, mais do que um acontecimento negativo ou um facto a aceitar de forma condescendente e resignada” (Cosme, 2009, p. 7), o que por sua vez, tornou possível, que tanto a Educação como a Cidadania ocupassem um lugar central nas origens do programa formativo construído, isto, sem nunca negligenciar o estado de consciência, que nos deve ser sempre presente e que aponta, de forma reflexiva, para as exigências profissionais que educadores/as e professores/as possuem no seu dia-a-dia profissional, sendo estas cada vez mais e mais complexas, indica-nos, em particular, Ariana Cosme, que as transformações das sociedades e das escolas no mundo contemporâneo a isso obrigam quer porque os professores não poderão fugir a essa realidade profissional quer, ainda, porque o trabalho a realizar passa, eventualmente, a poder ser objeto de uma maior gratificação pessoal e social, decorrente quer dos novos sentidos que os próprios professores poderão atribuir ao trabalho que realizam quer do reconhecimento explícito, ou assumido, de forma diferida, por parte dos alunos face a esse trabalho e a esses resultados (Cosme, 2009, p. 7).

Ao ser pensada, em simultâneo, esta noção de complexidade da ação e da profissão docente (Formosinho et al, 2010, p. 77) perante a, também, cada vez maior complexidade do que se entende pelo social e desafios a ele inerentes, o próprio registo do pacote formativo elaborado não poderia ficar-se pelo vago e pelo redundante, ou seja, acreditamos que a “formação de professores deve associar-se a processos de mudança nos contextos de trabalho” (Formosinho et al, 2010, p. 74). Trabalhou-se, assim, seguindo a necessidade da incrementação de “uma nova perspectiva e uma nova filosofia para a formação contínua de professores que tenham sobretudo em conta a valorização dos docentes em estreita articulação com o trabalho que desenvolvem nas suas escolas” (Ministério da Educação, 1998, p. 31), uma vez que temos, como ponte essencial de ligação ao nosso trabalho enquanto formadoras, a verdade de que “o desenvolvimento de novas modalidades de formação contínua, nomeadamente projectos, círculos de estudos e oficinas de formação, assume particular relevância como instrumento estratégico na construção da qualidade educativa” (Ministério da Educação, 1998, p. 31).

Assim sendo, a colaboração direta entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e a empresa ProAsolutions.pt, tornou o equacionar da Acessibilidade como conceito-agente que tem e deve ser refletido, colocado em prática, ao estar implicado no quotidiano de todo e qualquer cidadão (ã), mais precisamente neste caso no quotidiano de todos os elementos constituintes de uma comunidade educativa. Foi elaborado um programa dentro dos trâmites necessários para um Curso de Formação, aprovado pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua, de modo, a que este mesmo curso, de 25 horas, fosse capaz de se reverter em 1 crédito na carreira docente dos/as profissionais que frequentassem as ações de formação dinamizadas.

O Curso de Formação intitulado de “Acessibilidade para a Diversidade e Mobilidade Humana no séc. XXI”, tal como foi agora mencionado teve a duração de 25 horas, e ao ter surgido de um protocolo entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e a empresa ProAsolutions.pt, encontrou-se integrado no âmbito do



Programa RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade e que é correspondente à segunda geração de planos de promoção de acessibilidade apoiados pelo POPH, no âmbito da Tipologia de Intervenção 6.5 – Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas no campo de ação da Deficiência. Os destinatários deste curso foram educadores/as de infância e docentes dos diferentes ciclos de ensino básico e secundário, tendo sido a carga horária de 25 horas, sendo que 17 horas corresponderam a sessões presenciais e 8 horas foram de trabalho autónomo. As sessões presenciais conjuntas eram divididas entre vários dias de trabalho de 7 horas, com deslocação aos agrupamentos integrados no Curso de Formação, sendo que os diferentes momentos de calendarização eram definidos consoante a disponibilidade de concelhos/autarquias e destinatários (as).

Os objetivos deste curso de formação passaram por: sensibilizar e informar para as questões da Acessibilidade, Diversidade e Mobilidade, promovendo o (re)conhecimento de conceitos e saberes sobre as temáticas em questão; promover a interação e partilha de saberes dos (as) formandos (as) em questão, criando igualmente bases de racionalização teórica para que num momento seguinte seja passível uma aplicação prática por intermédio de diferentes vias de ação, dessa mesma, teoria transmitida e partilhada; construir, por intermédio, da interação face a materiais e dispositivos formativos e informativos, meios de ação prático-pedagógica no que concerne a temática e a realidade teórica-prática do hoje é Acessibilidade, por com relação à Mobilidade e à Diversidade; refletir sobre a funcionalidade no quotidiano prática de ação dos (as) professores (as) e restante comunidade educativa, de tais materiais e dispositivos de ação disponibilizados e acionados por via do Curso de Formação, quando equacionados no que infere a intervenção educativa.

Tendo sido equacionados como efeitos esperados tanto, a aquisição de competências técnico-pedagógicas face a estratégias a serem aplicadas no âmbito da Acessibilidade numa perspetiva multidisciplinar, como a realização de atividades e dinâmicas por intermédio das vias de ação a serem instituídas e trabalhadas no Curso de Formação, de modo a que os/as destinatários/as fossem capazes de desenvolver e aplicar estas mesmas competência técnico-pedagógicas no contexto de trabalho.

Deste modo o Curso de Formação teve por base o trabalhar da temática da Acessibilidade para todos/as e assim da igualdade de oportunidades no contexto educativo das autarquias e concelhos envolvidos, abordando conteúdos de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares; como também colocou a ênfase em três vias de ação, através das quais os trabalhos finais dos (as) formandos (as) seriam desenvolvidos. O que neste caso incidiu na colaboração com os/as formandos (as) na criação de um portefólio de atividades e ações curriculares e não curriculares dentro da temática da Acessibilidade, que foram avaliadas e certificadas, com a possibilidade da comunicação pública das mesmas, num terceiro momento presencial por parte da equipa de formativa do Curso de Formação. Os conteúdos das ações de formação passaram pelo trabalhar dos conceitos e noções de Acessibilidade, Mobilidade e Diversidade, tendo em conta as vias de ação definidas e elaboradas neste curso, como: a Música; a Expressão Oral e a Escrita; o Audiovisual e o Teatro. Não podendo ser esquecido que as metodologias constituintes deste curso de formação dividem-se em 3 fases. A fase 1 e 3 corresponderam às sessões presenciais conjuntas de carácter teórico-prático. A fase 2 fez-se constituir pelo trabalho autónomo, que era acompanhado pelas formadoras em regime de tutoria, quando necessário.

No que diz respeito à avaliação dos (as) formandos (as), esta foi feita de forma, o mais possivelmente, continuada pelas formadoras, em conjunto com os (as) próprios (as) formandos (as), com base nos conteúdos e efeitos a produzir e através do apoio tutorial tanto presencial, como por outra via de comunicação (internet e via telefónica). Foi dada especial



atenção ao: nível de participação dos formandos nas sessões presenciais; nível de realização das atividades durante as sessões presenciais; nível de realização e aplicação das atividades propostas pelos formadores nas sessões de trabalho autónomo e a reflexão crítica sobre o contributo da ação para o desenvolvimento profissional. Concomitantemente, os conteúdos teóricos-pedagógicos e programáticos das Vias de Ação “Expressões Acessíveis ao Ensino”, constituintes do Curso de Formação, confluíram no trabalho dos conceitos de Cidadania, Acessibilidade e Educação.

## Resultados

Partindo do princípio já consagrado, e tal como nos indica Phillippe Perrenoud de que

as nossas sociedades fizeram da criança um valor central, deram-lhe direitos, transformaram-se em pessoa, em indivíduo, até mesmo em ator. Os que se preocupem com a educação propõem o desenvolvimento da participação dos alunos na vida escolar. As pedagogias cooperativas preconizam a instituição de um conselho de turma ou de conselhos de escola, como espaços de partilha do poder. (Perrenoud, 2002, p. 142)

Olhar para a educação e para as escolas de hoje, obriga-nos a pensar em sociedade, em coletivo, em cidadania, que mais do que participada é agente, ativa e autora tanto no que respeita à existência do individual, como da implicação dessa mesma parte numa dada coletividade.

Educar para Cidadania, passa não somente pela centralização direta dos focos de interesse nos/as alunos/as, mas também, pelo respeito da bandeira académica e social de que:

em qualquer circunstância é fundamental que alunos e professores sejam sujeitos ativos em todas as etapas do processo. De contrário, tornar-se-iam consumidores passivos de simulacros de projetos educativos que mais não são do que atividades vazias impostas por alguém. O verdadeiro projeto educativo deve partir de necessidades individuais e coletivas sentidas como tal. Só assim terão valor formativo e alcance educacional (Medeiros, 2006, p. 37).

O projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, ao fazer uma aposta concreta naquela que é a formação da profissão docente, tanto pessoal como profissional, quis tal como indica Nóvoa (2002), reafirmar a necessidade nuclear de delinear a formação contínua de professores como uma real contribuição “para a mudança educacional e para a redefinição da profissão docente” (p. 38) pois que, atualmente é urgente equacionar o espaço e o lugar da formação contínua como não sendo o do

professor isolado, mas sim o [do] professor inserido num corpo profissional e numa organização escolar. Por isso, é importante ultrapassar a “lógica dos catálogos” (ofertas diversificadas de curso e ações de formação a frequentar pelos professores) e construir dispositivos de parceria entre todos os atores implicados na formação contínua. (Nóvoa, 2002, p. 38).

A possibilidade de até ao dia de hoje, ter trabalhado com 16 municípios de Norte ao Sul do país (cf. Tabela 1),



Tabela 1 Municípios com quem o trabalho foi desenvolvido

Municípios	N.º Formandos	Total N.º Formandos
Satão	23	<b>705</b>
Viana do Castelo	225	
Cadaval	39	
Pinhel	24	
Seia	88	
Sabugal	19	
Alcanena	24	
Penalva do Castelo	24	
Penacova	19	
Penedono	9	
Celorico de Basto	35	
Viana do Alentejo	41	
S. Brás de Alportel	15	
Macedo de Cavaleiros	54	
Vizela	59	
Mangualde	7	

Assentado sempre na existência da formação contínua como um processo, um elemento e um instrumento que “deve estimular uma perspetiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada” (Nóvoa, 2002, p. 38-39) tornou possível a conquista de um lugar colaborativo e real nas aprendizagens com cada grupo de trabalho com quem nos foi possível contactar e estar implicadas com. Pois que nunca nos podemos esquecer de nos lembrar que o estar e ser “em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.” (Nóvoa, 2002, p. 38-39).

Foi segundo esta linha de orientação formativa e formadora que este projeto trabalhou com os mais variados municípios portugueses detendo sempre grandes níveis de adesão por parte das populações dos mesmos municípios, como ao mesmo tempo, tendo continuamente, uma apreciação global das ações de formação dadas sempre acima do nível satisfatório (cf. Tabela 2).



Tabela 2 Avaliação do Curso de Formação por município

Municípios	Escala de avaliação global de 1-5 por município	Apreciação geral da avaliação decorrente das ações de formação dadas
Viana do Castelo	4	<b>4</b>
Penacova	5	
Penedono	5	
Celorico de Basto	4	
Viana do Alentejo	4	
S. Brás de Alportel	5	
Macedo de Cavaleiros	4	
Vizela	5	
Mangualde	4	
Penalva do Castelo	5	
Satão	5	
Cadaval	4	
Pinhel	4	
Sabugal	4	
Alcanena	4	

Estabelecendo agora, um momento análepse entre o trabalho já realizado e o momento atual que o projeto vivência, parece-se não só perentório, como nuclear apontar na direção mais colaborativa da formação contínua de professores e das consequências positivas que podem advir desta, revelando-se como raciocínio diapasão a afirmação de que “parece assim justificar-se uma formação contínua alicerçada na experiência profissional” (Nóvoa, 2002, p.39), ou seja, “falar de formação contínua de professores é falar de criação de redes de (auto)formação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo a formação como um processo interativo e dinâmico.” (Nóvoa, 2002, p. 39).

## Conclusões

Ao conseguir objetivar a realidade de que a formação existe muito para além de tudo o que é pensado, planeado e elaborado entre quatro paredes por uma equipa de formadores e fazendo justiça à centralidade que atualmente deve ser atribuída à Cidadania e ao conceito de Acessibilidade por com relação direta com a noção de uma Cidadania Universal, este projeto, não colocou somente ênfase num trabalho de afirmação pessoal e cidadã, corroborando assim o pensamento de Carvalho e Baptista, autores estes, que nos informam que «por parte dos indivíduos, o *direito de inserção* deve corresponder ao *dever de implicação*. O lugar da educação junto do chamado trabalho social explica-se pela prioridade reconhecida a esta linha de intervenção. Os projetos pedagógicos visam, justamente, responder, às situações de rutura e de crise através de processos potenciadores de uma superação divina.» (Carvalho e Baptista, 2004, p. 52).

Ao querermos equacionar o lugar e a importância do espaço não-formal no decorrer do desenvolvimento do curso de formação elaborado, abordamos a existência de um tempo e



de um espaço que sendo do território da formação contínua de professores, abarcou muito mais do que a essa formação deve ser atribuído. Possibilitando o crescimento, o debate e a reflexão de vivências pessoais e profissionais que ambicionavam ir além do concetual e do teórico, promovendo novas e diferentes vontades de ação. Assim, validamos, esse tempo e esse espaço, perante a influencia do pensamento que vê que

os diversos sistemas de reprodução e de registo de que hoje dispomos tendem a reduzir a necessidade de recorrer a educadores em numerosos domínios. Vêm também em seu auxílio, tornando possível a aquisição de um maior número de conhecimentos ao longo da vida. Não é pois de admirar que um número cada vez mais considerável de seres humanos sinta aumentar a necessidade de encontrar outras pessoas com quem discuta o saber recentemente adquirido. (Illich, 1974, p. 43)

Do mesmo modo, que ao equacionarmos, a Acessibilidade como conceito-agente de uma nova corrente de trabalho pedagógico, assumimos, o defender de que

um currículo aberto à diversidade dos alunos não é somente um currículo que oferece a cada um deles o que necessita segundo as suas possibilidades; é um currículo que se apresenta a todos os alunos para que todos aprendam quem são os outros e que deve incluir, no seu conjunto e em cada um dos seus elementos, a sensibilidade para as diferenças que existem na escola (Marchesi, 2001,p. 103).

Pretendendo, este olhar reflexivo face a dois anos de trabalho, pensar e rever o existir

de uma intervenção que torne os sujeitos capazes de decidir e de agir responsabilmente num mundo que urge transformar e melhorar é posta em causa quando, através da radicalização do discurso da emancipação, se desvalorizam as estruturas de uma sociedade efetivamente inclusiva, apoiada numa rede de serviços eficaz e modernizada. (Carvalho e Baptista, 2004, p. 53).

Ao mesmo tempo se defende o forte e necessário argumento de que

uma intervenção educativa que coloque a vida do educando no centro, é, pois, uma intervenção que apela aos sujeitos concretos, com as suas maneiras de dizer, pensar, fazer e ser que configuram os seus saberes práticos forjados nas e pelas múltiplas vivências que fazem a sua experiência. A experiência é, neste sentido, a união efetiva entre teoria e prática. É, portanto, a aliança natural entre saberes, modos de conhecer, emoção e ação. (Rothes, et al, 2006,p. 196).

### Referências bibliográficas

Carvalho, Carolina, Sousa, Florbela, & Pintasilgo, Joaquim (2005). Introdução. In F. Sousa & J. Pintasilgo (Orgs.), *A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar* (s/p). Coleção Educação Teoria e prática, Centro de Investigação em Educação Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa. Porto: Porto Editora.

Cosme, Ariana (2009). *Ser professor: A acção docente como uma acção de interlocução qualificada*. Porto: Livpsic.

Dias de Carvalho, Alberto & Baptista, Isabel (2004). *Educação social: Fundamentos estratégicos*. Porto: Porto Editora.



- Formosinho, João, Machado, Joaquim, & Oliveira-Formosinho, Júlia (2010). *Formação, desempenho e avaliação de professores*. Mangualde: Edições Pedagogo, Lda.
- Ilich, Ivan (1974). *Educação sem escola*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Marchesi, Álvaro (2001). A prática das escolas inclusivas. In David Rodrigues (Org.), *Educação e diferença, valores e práticas para uma educação inclusiva* (pp. 93-94) (vol. 7). Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora.
- Medeiros, Emanuel (2006). *Educar, comunicar e ser*. Mirandela: João Azevedo Editor.
- Ministério da Educação (1998). *Educação, integração, cidadania/documento orientador das políticas para o ensino básico*. Editorial do Ministério da Educação.
- Nóvoa, António (2002). *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa.
- Perrenoud, Philippe (2002). *Aprender a negociar a mudança em educação: Novas estratégias de inovação*. Porto: Edições ASA
- Roths, Luís, Silva, Santos Olívia, Guimarães, Paula, Sancho, Amélia, & Rocha, Maria (2006). Para uma caracterização de formas de organização e de dispositivos pedagógicos de educação e formação de adultos. In Licínio C. Lima (Org.), *Educação não escolar de adultos: Iniciativas de educação e formação em contextos associativos* (pp.181-204). Braga: Universidade do Minho / Unidade de Educação de Adultos.

